



Mídia esportiva e futebol na construção da cidadania brasileira¹

Bianca Alvin²

Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: O artigo analisa a atuação da mídia esportiva em sua cobertura jornalística sobre futebol, relativamente a temas como violência, preconceito e intolerância. O trabalho tem como objetivo avaliar de que modo o jornalismo esportivo poderia ser colocado a serviço da construção de uma sociedade marcada por valores igualitários – condição para que se alcance uma cidadania plena. O estudo parte do pressuposto de que é factível analisar o futebol como uma forma de representação do mundo. O texto faz uma reflexão do papel da comunicação esportiva e do futebol na construção da cidadania brasileira.

Palavras-chaves: Cidadania; Direito à Comunicação; Futebol; Mídia Esportiva.

1 - Introdução

As práticas esportivas constituem uma atividade social fundamental para a construção de identidades nas sociedades contemporâneas: numerosos processos de identificação ocorrem por meio da participação esportiva dos sujeitos que ocupam os diversos papéis sociais possíveis – atleta, torcedor etc. Como tantas outras práticas outrora tratadas como manifestações menores (como festas populares ou culinária, por exemplo), o futebol se constitui numa arena cada vez mais analisada pelas Ciências Humanas: trata-se de objeto capaz de evidenciar padrões culturais e valores de uma determinada sociedade.

No caso brasileiro em particular, o futebol “é muito mais que um simples esporte proporcionando aptidão física a seus praticantes e lazer aos seus observadores. O futebol é um legado sociocultural brasileiro”. (MORATO, 2005, p.100). E, por isso, carrega as características e contradições da sociedade brasileira. Ainda conforme Morato (2005, p.100), entender o ser humano que torce é compreender o Brasil.

A partir disso, o futebol apresenta-se como um vasto campo para estudar a relações sociais brasileiras, ao exemplificar os padrões culturais que vivemos (e também as potencialidades de outros padrões que possam vir a consolidar-se). Do mesmo modo que é possível discutir a violência e a intolerância que marcam a realidade brasileira contemporânea a partir da violência e da intolerância que se apresentam dentro e fora

¹ Trabalho apresentado às Divisões Temáticas, DT 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania, do XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste.

² Jornalista e mestranda em Comunicação e Sociedade na Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. Bolsista CAPES. E-mail: biaas@terra.com.br.



dos gramados, é possível imaginar como uma mídia esportiva mais cidadã seria uma variável chave para a propagação de valores como tolerância e respeito pela diversidade.

Para avançar nesta proposta, é importante antes analisarmos as relações simbólicas que constituem o cerne do mundo do futebol. Torcer por um time, numa realidade como a brasileira, implica inserir-se numa vasta rede de signos de pertencimento, que incluem desde narrativas até mecanismos discursivos e imagéticos de auto-definição. Crenças, símbolos, história, hino, mascote, camisa, cores e distintivo (e, mais que isso tudo, os significados associados a dizer-se e mostrar-se publicamente como torcedor daquele clube) configuram marcas identitárias.

Mas, simultaneamente a essa afirmação de uma identidade, reforça-se a fronteira que estabelece quem é a alteridade, o outro. Dessa forma, cada clube possui uma narrativa sobre o seu significado que não apenas indica quais são os signos a ele associados como, em contrapartida, rejeita implícita ou explicitamente os símbolos dos adversários – a ponto de torná-los mal vistos e até mesmo odiados. Nesse ponto, a cultura do futebol é capaz de falar muito sobre a cultura da sociedade, frequentemente baseada na negação da alteridade.

Neste universo futebolístico essa prática de intolerância é reforçada pelo fato de que o esporte estimula a rivalidade. Mas o conceito de rivalidade³ não precisaria corresponder à violência⁴. “A rivalidade não pode ser concebida como sinônimo de violência”. (MORATO, 2005, p. 102). A rivalidade não necessariamente impediria os torcedores de entender e tolerar as diferenças do outro na forma de torcer, pois “a existência de um rival é a complementação de um time. Com isso, a rivalidade é a peça-chave para o desenvolvimento e superação de um time. Porém, ela é fundamentalmente baseada na diferença, e a violência apresenta-se como intolerância” (MORATO, 2005, p.102).

Dessa forma, numa sociedade que deseje ser marcada pelos valores do respeito à diversidade, os torcedores precisariam aplicar o conceito de tolerância proposto por BOBBIO (1992, p. 211). “Tolerância em sentido positivo se opõe a intolerância (religiosa, política, racial), ou seja, à indevida exclusão do diferente”. Com a prática desse conceito, seria possível uma presença sócio-cultural do futebol menos associada

³ Conforme Dicionário Silveira Bueno (2000, p. 556), rivalidade é competição, antagonismo.

⁴ Conforme Dicionário Silveira Bueno (2000, p. 653), violência é qualidade violento; ato violento; ato de violentar; agressão.



ao preconceito e à exclusão. Potencialmente, isso se refletiria inclusive nas relações cotidianas da sociedade, uma vez que o futebol representa e influencia essas relações. “A condição de torcedor de futebol no Brasil extrapola a simplicidade da predileção por um clube para nos trazer um ‘mar’ de significados de nossa própria cultura”. (MORATO, 2005, p. 75).

2 – Meios de comunicação, futebol e violência

A violência nos estádios de futebol brasileiros está constantemente nas capas dos jornais, nos noticiários dos telejornais e em diversos produtos midiáticos. Porém, é preciso levar em consideração que o futebol não pode ser descrito apenas como uma ação geradora de violência nem seus praticantes e espectadores podem ser estereotipados como vândalos e marginais. É preciso estudar essas relações no contexto da sociedade brasileira como um todo.

Considero necessário compreender o espetáculo futebolístico como mais um produto do capitalismo e, portanto, ele deve ser analisado dentro do sistema de metabolismo social do capital, o que vale dizer que são intrínsecos ao futebol as desigualdades, ambigüidades, simbolismo e violência presentes nas sociedades modernas, pois todos esses são frutos do pseudo-progresso do capitalismo no final do século XX. (REIS, 2005, p.127).

Notamos, por exemplo, nas partidas de futebol o despreparo dos policiais no combate a violência, algo que acontece diariamente em diversos setores da sociedade. Muitas vezes o que ocorre é que a violência exacerbada dos policiais acaba gerando mais conflitos entre os torcedores. Ilustraram recentemente esta relação, as cenas ocorridas no jogo entre Náutico e Botafogo, em Recife, válidas pelo Campeonato Brasileiro 2008. A partida ganha pelo Náutico, por 3 a 0, teve como manchete de jornais a expulsão e prisão do zagueiro do Botafogo André Luís.

Em meio a prisões e expulsões, os policiais que trabalhavam na segurança da partida demonstraram atos de violência e agressões. Isto gerou animosidade entre os torcedores. Confirmando a máxima que “violência só gera violência”. “[...] a população reage à violência dos policiais também com violência e revolta através de agressões físicas, e, em outros, casos com ações organizadas”. (REIS, 2005, p.122).



Percebemos, segundo Reis (2005, p.118), que a impunidade, a falta de infraestrutura dos estádios, de competência na organização de espetáculos futebolísticos, a irresponsabilidade dos promotores de eventos esportivos, os limites dos agentes de segurança que trabalham em estádios de futebol, além da falta de uma política pública, contribuem para o aumento da violência nas partidas de futebol. Mas a violência não se limita à concretude dos atos violentos: existem também as violências emotiva e simbólica (que, segundo os padrões culturais do mundo do futebol, seriam mais admissíveis):

A violência simbólica envolve apenas atitudes verbais e/ou gestos, sendo que normalmente ela é emocionalmente satisfatória e agradável produzindo até mesmo um efeito catártico no indivíduo. A violência afetiva é aquela em que os indivíduos se manifestam com o intuito de demonstrar seus sentimentos e de liberar a energia provocada pela tensão causada pela ansiedade da partida e pela expectativa do resultado. (REIS, 2005, p. 111).

Na maioria das vezes as violências emotiva e simbólica são aceitas no mundo futebol. Elas aparecem nos estádios quando as torcidas cantam o hino, músicas de exaltação ao time; fazem gestos, coreografias; e vão os torcedores e jogadores rivais. Mas em que medida esta violência aparentemente inofensiva é a chave para o estímulo à violência real? É visível que muitas dessas canções feitas pelas torcidas incluem palavrões, xingamentos, ofensas que acabam reproduzindo preconceitos com a alteridade – e reforçam os discursos da intolerância e do estigma. Por que o outro não deveria ser respeitado?

Como evitar o processo mimético e não se criar um círculo vicioso de violência? Além disso, o controle da passagem da violência simbólica e emotiva para a real não é feita de maneira fácil nem pode ser sempre contida pelos torcedores. Pode haver roubo de camisas e bandeiras da torcida adversária, queima desses objetos, violência física entre outros. “[...] o indivíduo pode perder o controle durante suas manifestações, que eram simbólicas e afetivas e desencadear a violência real, que é perceptível pelas agressões físicas de contato, enquanto a violência simbólica é visível pelas agressões verbais e/ou gestuais”. (REIS, 2005, p.114).

Por isso, os discursos que são construídos pela mídia - a arena fundamental da vida contemporânea - também deve ser objeto de análise. À medida que ela possa não ter cuidado ao exaltar os gestos, as coreografias, as músicas cantadas durante os jogos,



acaba por contribuir para as práticas de preconceito e de violência. Muitas vezes, percebemos que nos discursos midiáticos há uma condenação de ações de intolerância, porém nestes mesmos veículos, nas vinhetas sobre os jogos, existe uma prevalência de imagens que mostram as torcidas cantando e provocando os adversários.

Na maioria das vezes, essas ações são feitas pelas torcidas organizadas que têm suas próprias camisas, músicas, e até mesmo sedes, independentes dos clubes, apesar de receberem cortesias dos dirigentes dos clubes de futebol. Não se pode generalizar dizendo que as torcidas organizadas são sinônimos de violência: contudo, não se pode esquecer que freqüentemente elas estimulam (e são estimuladas pela visibilidade que adquirem nos meios de comunicação de massa), no discurso ou na prática, a demonização e a desumanização do adversário.

É preciso levar em consideração que muitos jovens procuram nos clubes de futebol e nas torcidas organizadas os seus ídolos, a sua identidade, que muitas vezes não foi possível de ser construída em casa. Conforme Reis (2005, p. 121), muitos jovens buscam nessas facções a aceitação que não tiveram na família, ou mesmo a oportunidade de reconhecimento e ascensão que não conseguiram por meio de estudo e do trabalho.

A mídia de um modo geral precisa reavaliar a contradição da discussão de violência nos estádios de futebol atribuída, sobretudo, às torcidas organizadas e o uso das imagens delas no fim dos telejornais.

[...] quando as TVs apresentam imagens da torcida no encerramento de seus telejornais, elas recorrem às imagens de torcidas, pois há interesse em mostrar cenas que transmitam a plasticidade e a festa que essas organizações de torcedores propiciam ao espetáculo futebolístico. Morato (2003) denuncia em seu trabalho o uso maniqueísta feito pela imprensa dessas situações. (REIS, 2005, p. 124).

Desse modo, os meios de comunicação têm que pensar em alguns aspectos sobre o jornalismo esportivo. Pois até que ponto eles não incentivam a violência, a intolerância? Até que ponto não se reproduzem diversos tipos de preconceitos no discurso esportivo e no do jornalismo esportivo?

3 – O discurso do sexismo no jornalismo esportivo

Ao adotarem o uso da linguagem bélica nos textos jornalísticos e uma linguagem



que prioriza o público masculino, a mídia esportiva pode está colaborando para os torcedores e os jogadores transformarem os estádios num campo de batalha. E podem ainda estar disseminado o preconceito contra as mulheres que praticam o esporte ou torcem para times de futebol.

Esse preconceito de gênero é visto nas relações sociais. A sociedade de um modo em geral estabelece papéis sociais para que sujeitos se comportem de uma maneira correspondente aos padrões culturalmente associados ao seu sexo. Por exemplo, é comum os pais quererem que os meninos pratiquem futebol e as meninas balé, independente da vontade das crianças. “Para os meninos, espera-se presentes como carrinhos de brinquedo e bolas de futebol. No que se refere à menina, espera-se a boneca. Com isso, vai-se determinando uma ideologia sexista, distinguindo ‘brinquedo de menino’ e ‘brinquedo de menina’”. (MOURA, 2005, p.139).

Isso se reflete, por exemplo, nas *funções* que a maioria das mulheres ganham no mundo do futebol: a mãe que lava os uniformes e limpa as chuteiras, a namorada que vai ao campo torcer pelo namorado, as mulheres que torcem por times do coração dos homens com quem convivem, ou seja, pai, irmão, namorado, avô entre outros. Além disso, há funções relacionadas à exposição do corpo (como gandulas, chefes de torcidas, concorrentes em concursos de beleza dos campeonatos, modelos de desfile de uniformes dos clubes) ou a posição de namoradas ou esposas dos jogadores.

Na mídia também vemos a representação desse estereótipo. A maioria das mulheres aparece no jornalismo esportivo (sobretudo, nos programas de mesa redonda) como modelos ou anunciadoras de produto – ou seja, como uma vitrine de produtos esportivos midiáticos. Cabe ao homem discutir, relacionar, informar, narrar e comentar as questões relativas ao futebol. Reforça-se sistematicamente a idéia do futebol como área exclusiva masculina. “Não é surpreendente que homens geralmente tenham a tendência de se opor às tentativas das mulheres em participar ativamente de esportes que eles consideravam uma reserva particular”. (MOURA, 2005, p. 133).

Porém, assim como em outros campos da sociedade, as mulheres vêm lutando para conquistar os seus espaços e reconhecimento no universo futebolístico. O número de mulheres que torcem e conhecem futebol tem aumentado cada vez mais. Nas escolas é visível a quantidade de meninas que se interessam pela prática do futebol. Assim como nas universidades onde as mulheres buscam especialização e aprofundamento nas questões relativas ao jornalismo esportivo. Já se constata pequeno avanço das mulheres na apresentação e produção de matérias esportivas na mídia brasileira.



Como atletas, destacam-se as conquistas da Seleção Brasileira de Futebol Feminino. A seleção dominante da América do Sul obteve duas medalhas de ouro nos Jogos Pan-americanos de 2003⁵ e nos Jogos Pan-americanos de 2007⁶, além da medalha de prata nos Jogos Olímpicos de 2004⁷ e o vice-campeonato na Copa do Mundo de Futebol Feminino 2007⁸.

Mesmo a seleção das jogadoras brasileiras estando entre as melhores do mundo, tendo ótimas colocações no Ranking da Fifa e tendo a melhor jogadora de futebol feminino, Marta, o apoio dos dirigentes, torcida e imprensa tem sido pouco ou quase nulo quando comparado ao dado à categoria masculina.

No Brasil, as mulheres que buscam uma carreira profissional de jogadora de futebol têm que buscar times do exterior. Mas elas continuam lutando para melhorar as condições do futebol feminino no país: na premiação da Copa do Mundo de Futebol Feminino de 2007, as jogadoras brasileiras carregavam um cartaz dizendo “Brasil, precisamos de apoio”.

Dessa forma, percebemos que o preconceito contra as mulheres no futebol como jogadoras, torcedoras, árbitras, jornalistas em programas esportivos ou apenas como meras espectadoras ainda é grande apesar dos avanços. Entretanto, é preciso uma democratização dessas informações não só no mundo do futebol, mas em toda a sociedade a fim de possibilitar uma igualdade das forças geradas entre os sexos.

Para isso, os programas esportivos de tv e rádio, telejornais, jornais impressos, revistas, cinema e a mídia de uma maneira geral têm que se preocupar em não reproduzir o papel das mulheres como coadjuvantes no mundo dos esportes e mais especificamente do futebol.

4 – Direito à informação no jornalismo esportivo: diversidade e combate ao preconceito

O Jornalismo, conforme Gentili (1995, p.173), é um instrumento que viabiliza o direito à informação nos quais os jornais desempenham a função de mediadores e os jornalistas, individualmente representantes dos leitores, telespectador, ouvintes, como indivíduos.

⁵ Os Jogos Pan-americanos de 2003 foram realizados em Santo Domingo, capital da República Dominicana.

⁶ Os Jogos Pan-americanos de 2007 foram realizados no Rio de Janeiro, Brasil.

⁷ Os Jogos Olímpicos de 2004 foram realizados em Atenas, capital da Grécia.

⁸ A Copa do Mundo de Futebol Feminino 2007 foi realizada na China.



Logo o jornalismo esportivo, em especial, tem que promover maiores debates sobre o esporte que envolva diversas editorias. “O jornalista esportivo tem que estar sempre atento aos fatos que ocorrem fora desta editoria, pois existem aspectos econômicos, políticos, internacionais que afetam diretamente o esporte.” (ALVIN, 2006, p.24).

Dessa forma, é direito das pessoas terem acesso a informações sobre o futebol, por exemplo, que ultrapassem os comentários do antes, durante e depois dos jogos. Por que não aproveitar o interesse despertado pelo jornalismo esportivo para induzir discussões sobre as questões da violência ou do sexismo? Ou seja, o ideal seria evitar o que é mais comum no jornalismo esportivo, a prática do jornalismo agenda.

agenda é apenas um indicativo que alguma coisa está para acontecer, não sofre nenhuma avaliação crítica e pode até gerar pauta. Mas por si só não é uma pauta. A agenda não tem proposta nem direcionamento, nem as premissas pelas quais caminham as investigações jornalísticas. Agenda de treinos e jogos da semana na são pauta (BARBEIRO, 2006, p. 29).

Em tese, as pessoas já têm conhecimento sobre a partida de futebol e na verdade estão em busca de outras informações e questionamentos, tais como o uso do futebol como ferramenta política, o problema dos cambistas na venda dos ingressos para as partidas de futebol, a falta de policiamento nos estádio e arredores, a venda abusiva de jogadores que muitas vezes ainda estão nas categorias de base e o monopólio da Rede Globo nas transmissões dos jogos de futebol, o que muitas vezes acaba interferindo nos horários das partidas.

O monopólio global contribui para uma falta de pluralidade nas informações. “O sistema Globo é um dos maiores e a única rede com domínio hegemônico da audiência numa sociedade de grande porte e formalmente democrática. Apenas nos regimes totalitários existem domínios de audiência por uma única rede [...]”. (KUCINSKI, 1998, p. 28).

Esse monopólio precisa ser discutido, pois como afirma Raboy (2005, p. 184), a transmissão pública é atualmente um elemento-chave da democracia. Por isso, ressaltamos a necessidade de um pluralismo editorial, já que “teoricamente, uma sociedade é tanto melhor informada 1. quanto maior for o número de jornais e; 2. quanto mais plurais forem cada jornal.” (GENTILLI, 1995, p. 182).



Gentili (1995, p.179) explica ainda que mesmo existindo posse privada dos meios, há condições para o desenvolvimento de um amplo potencial para o trabalho do jornalista, apesar dos obstáculos existentes durante o processo de produção da notícia. Assim, o direito a informação é vital também no jornalismo esportivo e na sociedade como um todo, pois “a informação como direito social é, portanto, toda aquela informação, de sentido social, indispensável para a vida em sociedade” (GENTELLI, 1995. p.161).

Outra questão relacionada à cidadania é o acesso ao poder de comunicar.

As liberdades de informação e de expressão postas em questão na atualidade não dizem respeito apenas ao acesso da pessoa à informação como receptor, ao acesso à informação de qualidade irrefutável, nem apenas no direito de expressar-se por ‘quaisquer meios’ – o que soa vago, mas de assegurar o direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores - produtores e difusores – de conteúdos. Trata-se, pois, de democratizar o poder de comunicar. (PERUZZO, 2007, p.12).

Em relação ao esporte e mais especificamente ao futebol esse direito de comunicar está reservado a uma elite esportiva. Aos outros cabe a comunicação entre amigos, conhecidos, em espaços públicos, uma vez que é corriqueira a discussão sobre assuntos relacionados ao futebol, pois a maioria dos brasileiros se considera *treinador de futebol*.

Uma alternativa que tem potencializado o acesso das pessoas ao poder de comunicar é o ciberespaço. “O ciberespaço é um novo ambiente para se exercitar a cidadania comunicacional, facilitado pelas possibilidades oferecidas pela interatividade, pelo intertexto e pela comunicação de todos com todos. Tal ambiente potencializa o surgimento do cidadão jornalista [...]”. (PERUZZO, 2007, p. 19). No esporte, o número de blogs, páginas de discussão tem crescido cada vez mais.

Mas sobre o poder de comunicar no ciberespaço ressaltamos que é também limitado, já que há restrições devido às desigualdades de renda, de educação e de acesso a internet. Dessa forma, é necessário, de maneira geral, uma democratização da mídia tanto ao acesso as informações quanto ao poder de comunicar, para que se possa efetivar a cidadania.



5 – O avanço da cidadania no esporte: qual deve ser o papel da mídia?

Um outro fator, importante a cidadania está relacionado à reivindicação e a validação dos direitos pelas pessoas. A partir do momento em que os seres humanos estiverem informados sobre os seus direitos, eles precisam exigí-los na prática. “Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão”. (MANZINI-COVRE, 1995, p.10).

Aplicando a tese ao futebol, por exemplo, foi sancionada em 15 de maio de 2003, a lei nº 10.671/03, ou Estatuto do Torcedor como ficou conhecida. Essa lei foi criada para “[...] estabelece normas de proteção e defesa do torcedor” (Artigo 1º, Lei nº 10.671/03). Além disso, obriga as instituições responsáveis a estruturarem o futebol no país de maneira organizada e transparente. E criou também o Ouvidor da Competição, que recebe sugestões e reclamações dos torcedores e penaliza os dirigentes que não cumprirem as normas.

Mas a questão é se os torcedores conhecem esse estatuto e se estão fazendo valer as suas premissas. Será que ao se sentirem lesados os torcedores fazem uso do Estatuto do Torcedor e do Ouvidor da Competição? Será que o futebol brasileiro já está organizado de forma mais limpa e transparente, a ponto de não ser necessário mais nenhuma reivindicação?

Na realidade, o ato de reivindicar não é um processo simples. Conforme Manzine-Covre (1995, p.66) é necessário haver uma educação para a cidadania. “É preciso criar espaços para reivindicar os direitos, mas é preciso também estender o conhecimento a todos, para que saibam da possibilidade de reivindicar.” (MANZINE-COVRE, 1995, p. 66).

Assim como Manzine-Covre, acredito que se deva fazer uma revolução da cidadania e creio que o mundo do futebol é também um bom espaço para isto.

Em suma insisto sobre os contornos da cidadania plena. O primeiro passo é aquela revolução interna, na qual o rompimento com o autoritarismo e com o consumismo começa em cada uma das subjetividades – em cada um de nós, portanto, a todo momento – e da qual extraímos a força subjetiva de se sobrepor ao cotidiano e, pouco a pouco, ao mundo, ao capitalismo. Externamente, em termos de sociedade global devem ser mantidas as condições mínimas de democracia como espaço para avançar. (MANZINE-COVRE, 1995, p.74).



Uma outra premissa importante para a cidadania e para a democracia é a participação.

Participação. As pessoas participam em sua família, em sua comunidade, no trabalho, na luta política. Os países participam nos foras internacionais, onde se tomam decisões que afetam os destinos do mundo. Como nenhum homem é uma ilha e desde suas origens o homem vive agrupado com seus iguais, a participação sempre tem acompanhado – com altos e baixos as formas históricas que a vida social foi tomando. (BORDENAVE, 1992, p.11-12).

Nessa perspectiva incluímos que a participação popular nas decisões de clubes de futebol, como por exemplo, as eleições de dirigentes dos clubes, assim como a participação nas decisões políticas e econômicas que afetam os torcedores são muitos importantes. Pois além dessas decisões afetarem o dia a dia dos torcedores, esse tipo de microparticipação é um laboratório para a macroparticipação como as eleições presidenciais.

Segundo Bordenave (1992, p.57), a democracia participativa que se pretende nos dias de hoje é fundamental a microparticipação, ou seja, aquela que ocorre nas comunidades, sindicatos, associações de bairro, grêmios estudantis, grupos e igreja, clubes esportivo, escolas de samba entre outros. É neste local que a práxis participativa e a educação para a participação podem acontecer.

A partir do momento em que se houve uma prática da participação, em tese, as pessoas estarão mais preparadas para a escolha dos governantes, por exemplo. O problema é que muitas pessoas afirmam não gostar de política e evitam a participação nos assuntos que dizem respeito ao tema. Mas como afirma Dallari (1983, p. 24) ninguém pode viver sem tomar decisões.

Dessa maneira, observamos no Brasil que as pessoas reclamam da falta de incentivos a práticas esportivas, que o governo não apóia atletas nem contribui para a moralização do futebol. A questão é que muitos não tomam conhecimento ao eleger seus governantes a respeito sobre a sua plataforma que deve conter políticas públicas destinadas ao esporte.

Com isso é importante ressaltar que “aquele que por sua vontade não participa de uma decisão é tão responsável como aquele que decidiu. É preciso que as pessoas tenham consciência de que o simples fato de viver acarreta a necessidade de tomar decisões”. (DALLARI, 1983, p.24).



Muitas dessas questões discutidas aqui devem ser levadas em consideração nas escolas, já que este ambiente pode contribuir para termos uma cidadania plena em todos os níveis.

Porém para isso teríamos que deixar de adotar uma educação bancária e sim promover uma concepção crítica da alfabetização, que conforme Freire (1978, p.16) não será feita a partir de uma mera repetição de sílabas e palavras e sim despertando nos alfabetizando a consciência de seus direitos, como sua inserção crítica na realidade.

Além disso, na educação a leitura tem que levar em consideração a vinculação dos textos com o contexto social. E a teoria não pode está desvinculada da prática. “Para mim, que me situo entre os que não aceitam a separação impossível entre prática e teoria, toda prática educativa implica numa teoria educativa”. (FREIRE, 1978, p. 17).

Pensando dessa forma, os educadores poderiam utilizar o contexto do futebol para despertar os interesses dos alunos e ensinar por meio deste. Seria mais uma maneira de promover o diálogo na sala de aula com os estudantes.

Ao considerar, assim como Freire, a educação como diálogo, retomamos a idéia de comunicação, na medida em que não acreditamos na prática educativa como transferência de saber.

Comunicação [é] a co-participação dos sujeitos no ato de pensar [...] [ela] implica uma reciprocidade que não pode ser rompida [...] comunicação é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de Sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. (LIMA, 2004, apud FREIRE, 1971, p. 67-69).

Outra forma de pensar a comunicação e educação é por meio do pensamento de Freire que “reconhece o potencial de uso da mídia nos processos de ação cultural libertadora”. (LIMA, 2004, p. 56). Por isso, é importante pensar nos fazeres jornalísticos, pois estes têm um papel importante não só de informar, mas também de formar e orientar as pessoas para uma determinada ação.

Dessa forma, consideramos de vital importância que algumas questões sejam discutidas e re-elaboradas na mídia, em especial no jornalismo esportivo. É necessário que nessa prática de jornalismo especializado, os profissionais passam a ver o esporte e em particular o futebol como uma forma de representação do mundo, com todas as suas qualidades e problemas sociais. “O futebol não é um esporte para aglomeração de desocupados. Ele contém um conjunto de símbolos significantes de nossa cultura. É



uma forma de o homem nacional expressar-se, revelando-se e descobrindo-se”. (MORATO, 2005, p. 74, apud DAMATA, 1982).

6 – Considerações finais

É fundamental que os jornalistas realizem matérias investigativas e questionamentos que são do interesse do leitor, ouvinte e telespectador, mesmo que isso contrarie os interesses dos patrocinadores, dirigentes e poderosos da área esportiva. É importante também fugir da prática do jornalismo agenda e investir em profissionais que possam elaborar boas pautas, que gerem matérias de qualidade.

Os jornalistas esportivos devem tomar cuidado em suas edições de imagens para não fomentarem a prática de violência e preconceitos nem generalizarem e marginalizarem grupos. Deve-se ter igual cuidado com o uso de vocabulário exclusivamente masculino, bélico e técnico.

É preciso ter em mente que o jornalismo esportivo não é só voltado para homens e para aqueles que entendem de futebol, vôlei, tênis entre outros. “Apesar de grande parte das informações que são tratadas, principalmente no impresso, serem de conhecimento do público, é importante que o uso de termos técnicos seja cauteloso e não polua as matérias jornalísticas”. (ALVIN, 2006, p.24).

A mídia esportiva deve ainda contribuir para informar as pessoas sobre os seus direitos, para que estas possam reivindicá-los quando julgarem necessário. Na mesma proporção deve garantir que a população não seja privada do direito de poder comunicar.

Incluir o Direito de Comunicação, de maneira geral, nesse discurso e nessa luta “[...] é reconhecer a centralidade do ser humano como agente do seu próprio destino, seja como indivíduo ou grupo, capaz do diálogo. É garantir que a conversa sempre aponte para a liberdade, a solidariedade, a dignidade e o respeito à vida”. (MELLO, 2005, p.08).

No mundo do futebol, em particular, é preciso buscar a garantia desse direito e também considerar que as pessoas estão em uma comunidade. Essa palavra está sendo utilizada aqui, de acordo com os filósofos Roberto Esposito, Davide Tarizzo, que no livro *O Retorno da Comunidade* (PAIVA, 2007), discutem o sentido do vocábulo comunidade como a idéia de relação, de co-dividir.



Nesse sentido, no Brasil, principalmente o futebol deve ser compreendido como um campo que simboliza as relações sociais do país. Por isso, mudanças em alguns aspectos que envolvem esse mundo esportivo em alguma medida refletirão – e igualmente serão reflexo – de mudanças na sociedade. Talvez uma mídia esportiva mais igualitária possa contribuir para que haja no Brasil a prática de uma cidadania plena.

Referências Bibliográficas

ALVIN, Bianca. **Jornalismo Esportivo na mídia local de Juiz de Fora: Os limites da cobertura sobre a campanha do Tupi em 2006.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

BARBEIRO, Heródoto, RANGEL, Patrícia. **Manual do Jornalismo Esportivo.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

BOBBIO, Noberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é participação.** 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa.** São Paulo: FTD, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade – e outros escritos.** 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GENTELLI, Victor. **Democracia de massas: cidadania e informação.** São Paulo, Dissertação de Mestrado em Comunicação, ECA-USP, 1995.

KUCINSKI, Bernardo. **Mídia da Exclusão.** In: KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica – ética no jornalismo brasileiro.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

LEI nº 10.671/03. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em: 09. JUN. 2008.

LIMA, Venício. **Atualidade do Conceito de comunicação em Paulo Freire.** In: LIMA, Venício. **Mídia: teoria e política.** 2ª ed., São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania.** 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.

MELLO, José Marques de e SATHELER, Luciano (orgs). **Direito à comunicação na sociedade da informação.** São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), 2005.

MORATO, Márcio Pereira. **A dinâmica da rivalidade entre pontepreteanos e bugrinos.** In: DAOLIO, Jocimar (org.). **Futebol, Cultura e Sociedade.** Campinas: Autores Associados, 2005.

MOURA, Eriberto Lessa. **O futebol como área reservada masculina.** In: DAOLIO, Jocimar (org.). **Futebol, Cultura e Sociedade.** Campinas: Autores Associados, 2005.



PAIVA, Raquel (org.). O retorno da comunidade – **Os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007.

PERUZZO, Cecília. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: **Lumina**. vol.1, nº1, JUN 2007. Disponível em: www.ppgcomufjf.bem-vindo.net/lumina. Acesso em: 25.MAR.2008.

RABOY, Marc. Mídia e democratização na sociedade da informação. In: MELLO, José Marques de e SATHELER, Luciano (orgs). **Direito à comunicação na sociedade da informação**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), 2005.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos. Espetáculo futebolístico e violência: uma complexa relação. In: DAOLIO, Jocimar (org.). **Futebol, Cultura e Sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2005.